

## **Pesquisa-intervenção e direitos humanos. Apontamentos arqueológicos e genealógicos na análise de documentos**

Research intervention and human rights. Archaeological and genealogical notes on the analysis of documents

Intervención de Investigación y los derechos humanos. Notas arqueológicas y geneológicas en el análisis de los documentos

**Flávia Cristina Silveira Lemos**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

**Dolores Cristina Gomes Galindo**

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT, Brasil.

**Pedro Paulo FreirePiani**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

---

### **Resumo**

Neste artigo, pretende-se realizar uma descrição de algumas ferramentas de análise de documentos, na pesquisa-intervenção em direitos humanos. Traz-se a contribuição de Michel Foucault, Paul Veyne, Gilles Deleuze, Arlete Farge, Le Goff e Chartier para conversarem conosco nessa narrativa operadora de tramas históricas. Focalizam-se os arquivos orais, como as entrevistas; escritos, como os diários de campo, formulários, declarações, planos de trabalho, projetos e programas, cartas, cartazes, leis, livros; em formato de imagens, como fotos, pinturas, caricaturas; em prontuários de equipamentos em que funcionam políticas de atenção; em formato de construções arquitetônicas; arquivos artísticos, tais como músicas, danças, performances e as marcas corporais, que trazem as histórias de vida. Busca-se apresentar linhas e pistas que formam um dispositivo analítico de práticas concretas com a paciência do genealogista e do arquivista, além de fazer ranger a perspectiva diagramática da cartografia.

**Palavras-chave:** Michel Foucault; Pesquisa-intervenção; Direitos Humanos; Documentos; Arqueologia e Genealogia.

### **Abstract**

This article offers a description of a toolbox for discourse analysis in research-intervention in human rights. We enmesh contributions by Michel Foucault, Paul Veyne, Gilles Deleuze,

Arlete Farge, Jacques Le Goff and Émile Chartier into a conversation within the operative narrative of the weave of history. We focus on a variety of historical source materials: oral documentary, such as interviews; written texts, such as field diaries, printed forms, work plans, projects and programs, letters, posters, legal papers, books; images, such as photographs, paintings, caricatures; equipment operator records which reveal workplace safety practices; and artistic documentary materials such as songs, dances, performances and body marks which convey the stories of life. With the patience of the genealogist or the archivist, we seek to present lines and pathways that create an analytical assemblage (*dispositif*) of concrete practices while going against the grain of the diagrammatic perspective of cartography.

**Keywords:** Michel Foucault; Research intervention; Human Rights; Documents; Archaeology and Genealogy.

### Resumen

En este artículo, nos proponemos llevar a cabo una descripción de algunas de las herramientas para el análisis de documentos de investigación de la intervención en materia de derechos humanos. Abre la aportación de Michel Foucault, Paul Veyne, Gilles Deleuze, Arlete Farge, Le Goff y Chartier para hablar con nosotros en este relato teje operador histórico. Archivos orales, tales como entrevistas, escritos como el diario de campo declaraciones formas funcionan los planes, proyectos y programas, cartas, carteles, las leyes, los libros, en las imágenes, como fotografías, pinturas, dibujos animados, formato de los registros de los equipos las políticas de atención que trabajan, en los edificios de la forma arquitectónica, archivos artísticos tales como canciones, danzas, performances y marcas en el cuerpo que traen las historias a la vida. Tratamos de ofrecer líneas y los carriles que forman un dispositivo analítico prácticas específicas de la paciencia de genealogista y archivero.

**Palabras clave:** Michel Foucault; Intervención de Investigación; Derechos Humanos; Documentos; Arqueología y Genealogía.

---

### Introdução

A pesquisa é uma intervenção, na medida em que entra na composição do jogo de forças, em um conjunto de práticas concretas que formam um dispositivo.

Pesquisar é um ato de poder, de saber e de subjetivação. Envolve discursos, implica entrar e circular por organizações e equipamentos variados, movendo políticas de financiamento e de avaliação entre pares; traz inquietações que atravessam corpos e

formam subjetividades, é usada para a formulação de direitos e para a busca de sua efetivação, assim como pode concomitantemente investigar e fazer valer direitos.

Intervir em arquivos, manusear arquivos, criar arquivos, fazer arquivos circular no campo dos direitos humanos é intervir. A questão é: como essa prática opera com as outras das quais se agencia e que tipo de intervenção se pode fazer ver e dizer?

Este artigo traz uma problematização a respeito das práticas de objetivação de direitos humanos, analisadas pela pesquisa-intervenção, especificamente histórica, por meio dos documentos, na arqueologia, na genealogia, na cartografia e na história nova. Nesse sentido, o trabalho está ancorado nas contribuições de Michel Foucault, Paul Veyne, Gilles Deleuze, Arlete Farge, Le Goff e Chartier. Faremos, ao longo do texto, uma descrição e problematização dos usos da história nova com a genealogia e arqueologia, em Foucault e Veyne, entre outros autores da historiografia cultural, na terceira geração do Movimento da Escola dos Annales.

Parte-se de uma experiência de trabalho com relatórios de direitos humanos, escrita de manifestos, produção de artigos para inquietar, interrogação de textos em conferências de direitos, elaboração de propostas de moções, formulação de documentos para lutar pela garantia de direi-

tos, a partir da genealogia como a insurreição dos saberes sujeitados. Nossos trabalhos têm investigado documentos ligados a acontecimentos como: Vale Juventude; Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos; Violações de direitos de pessoas em situação de rua; Currículo de psicologia e direitos; Plano de enfrentamento ao trabalho escravo; Documentos de equipamentos em que jovens e mulheres adultas estão encarceradas; projetos de lei sobre internação compulsória de usuários de drogas; dossiês da Vara da Infância e Juventude; currículo de psicologia e medicalização; Farmacologização da vida; análises de publicações da UNICEF, da UNESCO e da OIT a respeito de direitos no Brasil; resistências à implantação da EBSEH nos hospitais universitários brasileiros e arquivos do Conselho Tutelar.

A arqueologia permite pensar a descontinuidade histórica e os lugares institucionais, as posições de sujeito, temas e objetos em suas condições de possibilidade de aparecimento, que nos auxiliam a pensar o presente no que ele atualiza do passado. “O arquivo supõe o arquivista” (Farge, 2009, p. 11). Assim, é possível analisar historicamente os acontecimentos em jogo, em um campo móvel e tenso e forças heterogêneas e múltiplas, na medida em que se escreve o diário de campo como produção do arquivo e se realizam entrevistas na história oral, se manuseiam arquivos e se faz-

reverberar esta análise nas mídias alternativas e na formação. A história nova nos proporciona um olhar ampliado para o que são documentos, seus usos e guarda, torna possível questionar leis que criminalizam, medicalizam ou, ainda, judicializam, dentre outros efeitos.

Dessa maneira, a história possibilita intervir para desnaturalizar e para pensar o presente, agindo no mesmo. Foucault, por diversas vezes, afirmou que gostava de pesquisar com documentos para lutar; escrevia para mover relações de poder, saber e subjetivação. Intervir é historicizar, a fim de criar brechas e espaços outros. “O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão” (Farge, 2009, p. 23).

### **Memória, arquivo, museus, bibliotecas e história nova**

Como memória, o documento é vinculado aos processos de construção de grupos sociais que partilham valores por meio de redes cotidianas, as quais poderão ser patrimonializadas, servir para a produção de identidades sectaristas a serem utilizadas como um direito de reconhecimento de tradições (Castro, 2008; Pelegrini & Funari, 2008). Já, nos processos de subjetivação, as práticas concretas e raras desnaturalizam objetos culturalistas essencializados, que nos aprisionam em tradições e folclores, em regionalismo e localismos,

nacionalismos e identidades culturais, pois estas fazem da vida um campo de forças de valoração heterogêneas.

Na pesquisa com documentos, a memória pode ser arquivada em lugares públicos, em arquivos pessoais, em entidades de guarda privadas, e ser transmitida entre gerações por uma cultura oral. Na modernidade, a memória se tornou um direito cultural e ganhou uma condição de cidadania, em função de movimentos sociais que lutavam por políticas de reconhecimento social e igualdade de direitos. Essas lutas ficaram mais intensas, após as grandes guerras mundiais, da segunda década do século XX em diante.

Todavia, é diferente lutar por memória como direito, no plano identitário, e pensar a memória como descontinuidade e atualização de forças, em processos de subjetivação históricos, caracterizados por acontecimentos raros e por marcas deslocadas no plano da vida, como um diagrama de multiplicidades de práticas. Há grupos que atuam com a memória no plano dos significados, outros que consideram significantes e ainda os que atuam com o conceito de representações. De algum modo, essas divisões de saberes e poderes perpassam as lutas e movimentos que fazem operar a criação de uma política de direitos humanos, no plano da cultura (Cardoso Jr., 2001).

A história pode ser feita pela narrativa memorialista, mas não é sinônimo da memória, pois traz teorias e metodologias historiográficas, que se tornaram um ofício de alguns profissionais e estudiosos. Alguém pode ser um memorialista sem ser um historiador; memória e história podem ser correlatas e entrar em composição ou não, no campo das práticas narrativas e de reivindicação de direitos.

Em meio às disputas, em guerras, brigas, lutas, reivindicações e criação de um sistema de patrimônio cultural, a memória passa a ser definida como seletiva do que deve ser lembrado e do que deveria ser esquecido. Esse processo não é uma tarefa simples, muito menos realizada sem intrigas e tensões, sem alianças e rompimentos. Além da seleção, a memória será organizada em suportes que a cristalizam em documentos, nos arquivos. Tais suportes irão variar conforme as tecnologias utilizadas para armazenar e guardar documentos (Castro, 2008).

Assim, as disputas por valores poderão ser explicitadas pela escrita, guarda e patrimonialização dos documentos referentes às memórias locais, regionais, nacionais e comunidades, pela oralidade e pela guarda de documentos apenas em arquivos locais e/ou pessoais. Ainda haverá a possibilidade de arquivar em museus e bibliotecas públicas os acervos culturais, as memórias cristalizadas, consideradas relevantes para

um povo e para determinados grupos sociais, em um tempo e em um espaço específico. Em algum momento, esse arquivo pessoal e a oralidade poderiam ser apropriados por um trabalho historiográfico ou ainda por uma etnografia na antropologia, e ainda poderá ser alvo de apropriação por museus, bibliotecas e institutos de patrimonialização (Castro, 2008; Pelegrini & Funari, 2008).

A invenção da imprensa, a alfabetização, a escolarização massiva, durante o período republicano, os novos meios de comunicação digitalizados e o surgimento da internet tiveram impactos intensos nos processos de documentação, guarda, organização e consulta de arquivos. O arquivista surge como profissional que cuida e organiza documentos diante do acúmulo de informações e da dificuldade em organizá-las para tê-las à mão e, ao mesmo tempo, disponibilizá-las publicamente, de forma a preservar os documentos. Também emerge a figura do bibliotecário, que zelaria pela catalogação das obras e guarda das mesmas em bibliotecas (Castro, 2008).

Bibliotecas e museus são, em geral, instituições colecionadoras, que reúnem certo tipo de material que interessa à sua especialidade, através de compra, doação e permuta. Já os arquivos são, em geral, instituições receptoras de fundos documentais, que recebem e guardam documentos provenientes de uma mesma origem (por e-

xemplo, a administração pública, as instituições privadas ou os indivíduos) (Castro, 2008, p. 26).

Contudo, todo arquivo tem lacunas, restos, e o documento não existe fora de práticas de arquivo. Eles são artefatos que só se concretizam em arquivos e documentos, na medida em que são valorados por uma sociedade e se tornam preservados em decorrência de um cuidado que tem dimensões políticas, econômicas, afetivas, culturais, sociais e históricas.

Mas, quando aludimos a direitos humanos, podemos perguntar: que silêncios e apagamentos são feitos em documentos e em arquivos? Que documentos podem ser acessados e quais são destruídos? Por que ainda temos tanta dificuldade em acessar arquivos ligados às violações de direitos ou até mesmo às garantias dos mesmos?

Se tratarmos, no Brasil, da limitação em liberar os arquivos da Ditadura Civil-Militar e como tantos documentos desse período foram queimados e destruídos, podemos visualizar os silêncios, apagamentos, o que pode ser estudado e o que está impedido, em quais circunstâncias operam e que implicações propiciam. Extrema luta foi realizada e ainda tem sido para acessar esses arquivos, e a demanda por sua disponibilização pública tem-se constituído em algo muito difícil, no Bra-

sil, mesmo após vinte e cinco anos de aprovação da Constituição de 1988 e de cerca de quase trinta anos da emergência da democratização.

Outra questão, em termos de direitos, é como construir uma política de preservação, guarda e valorização de documentos e arquivos, frente ao número crescente de lutas pela patrimonialização, em termos de direitos à memória e cidadania cultural. A lógica de guarda e a maneira de selecionar documentos se tornaram um desafio, eivado de paradoxos diante do acúmulo de informações e materiais que ganham importância, em uma sociedade que tem cultivado, no presente, a hipervalorização do fazer arquivo.

Os antropólogos irão operar com pesquisas com arquivos, na esfera da memória e cidadania, na análise das práticas culturais, em estranhamentos, diferenças e sistemas de apropriação cultural, hibridismos e repartições sectaristas. Os historiadores terão uma preocupação com o tempo e o espaço das práticas, sendo a cultura um de seus moduladores, mas não o único. No bojo dessa discussão, o historiador consulta e estuda o material arquivado, ou seja, faz desse objeto um trabalho analítico por meio de teorias e metodologias, em um campo de estudo cujo tempo e espaço terão relevância. Para o historiador, documentos e arquivos serão pensados e problematizados como acontecimentos históricos.

Estudar arquivos traz uma lista de atenções e cuidados. O pesquisador precisa de descritores, de um tema e objeto definido, deverá ter nomes de pessoas, demarcado um tempo e um lugar, procurar saber sobre possibilidade de acesso e que tipo de documentação irá estudar, que instituições estão ligadas a esses documentos e quais acontecimentos históricos são analisadores importantes para o estudo a ser realizado, pelo menos em termos de um levantamento inicial.

Como desdobramento desta perspectiva, ferramentas como entrevistas, diário de campo, observação e registro, grupos e rodas de conversa, pesquisa-intervenção, estudo bibliográfico, estudo de caso e análise documental são situados como operadores a utilizar para forjarmos analíticas dos arquivos e, portanto, passíveis de análise histórica documental. A entrevista, por exemplo, passa a ser, também, criação de um documento e de um arquivo, assim como o registro e o diário de campo. Com este deslocamento, as ferramentas de pesquisa passam a não serem subdivididas em tipologias fixadas de antemão como é tradição nas Ciências Sociais. Passam a interessar, principalmente, os seus efeitos, isto é, as maneiras como, no ato da pesquisa e da escrita, operam nos entremeios de jogos de saber e poder, analogamente, em certo sentido, a modo como pesquisamos o operar dos ilegalimos-

nos interstícios das leis. É a partir dos entremeios que, de maneira quase sempre experimental numa escrita-tateio, podem ou não atuar como documentos e arquivos.

Na pesquisa-intervenção, realizada por meio de uma leitura histórica, cada uma de suas práticas acooperar com ferramentas de interferência em saberes e poderes constituem arquivos de documentos. Ora, o arquivo é um conjunto de acontecimentos vindo a ser criado como modo de luta também assim como é feito com o dispositivo: pesquisa-intervenção em variados contextos de estudo e interferência nos entremeios da vida. Das diversas ferramentas citadas, selecionamos nos termos mais rigorosamente aos aspectos conceituais e metodológicos da pesquisa-intervenção na relação com a história nova, com a psicologia social institucional, com o trabalho em direitos humanos, a partir de alguns estudos de Foucault, Veyne, Deleuze, Chartier, Michel de Certeau e Burke.

A história nova trouxe uma ampliação dos documentos, dos temas e das abordagens que significou poder analisar construções, vestimentas, danças, artes, músicas, dialetos, maneiras de alimentar, estilos de móveis, fotos de família, cartas de amigos e políticos, correspondências entre intelectuais, afrescos, artesanatos, objetos como armas e talheres, quadros e alimentos, arquiteturas e prontuários de atendi-

mentos em saúde, relatórios da administração social e jurídica, laudos, registros de batismos e de casamentos em igrejas, currículos *lattes* e *vitae*, diários pessoais, cadernos de anotação, bilhetes e boletos – tudo isso se transformou em acontecimentos tais como analisadores documentais que testemunharam usos e costumes, objeto de estudo, na história nova (Burke, 2008; Chartier, 2010).

Esse movimento se insere nas escolas dos *Annales*, que, durante o século XX, fizeram a crítica da história tradicional, a qual só analisava o que denominava documentos oficiais de Estado, e que os tratavam como provas neutras de fatos históricos dos feitos daqueles que eram exaltados como heróis da nação. A primeira geração dos *Annales* foi uma virada econômica; a segunda, a virada sociológica, e a terceira, a virada antropológica, chamada também de História Nova (Burke, 1997). Assim, os documentos foram ampliados, bem como os temas, os objetos e as maneiras de escrever a história, a partir dos *Annales*, pois as três gerações criticaram a história nacionalista e factual, linear e causal e passaram a trabalhar com a noção de documento monumento, construção múltipla por meio de práticas diversas (Burke, 1997). Os historiadores também questionaram como essa história tradicional servia à sustentação de violação de direitos e era marcada por racismos de Estado e de sociedade.

Apesar de documentos de bibliotecas públicas, de museus e de arquivos nacionais poderem ser usados para a escrita da história, os *Annales*, em especial a geração da história nova, ampliaram as fontes e seus lugares de produção. Novas abordagens, novos problemas e novos temas foram tecidos e valorizados pelos historiadores, tendo eles igualmente se aproximado mais das ciências sociais e da psicologia social institucional. Esses saberes e seus estudiosos passaram a descrever e a analisar, em mapas, genealogias, diagramas, arqueologias, os fazeres de grupos e comunidades, países e regiões, de povos e pessoas que eram desprezados e desqualificados, anteriormente, pela lógica racista. Nesse sentido, os saberes sujeitados começaram a ser valorizados e a pesquisa histórica se tornou intervenção no campo das disputas por valorização da produção da diferença, na esfera de direitos e políticas públicas.

Todos os que eram considerados párias da sociedade-infames, pessoas comuns, pobres, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, loucos, anormais, prostitutas, pessoas em situação de rua, presos, desempregados, negros, povos indígenas e da floresta, comunidades locais, ribeirinhos, homossexuais, trabalhadores braçais, refugiados e, de algum modo, memorizados–, passam a lutar, também, pelos documentos nos quais suas vidas são inscri-

tas, pelo direito à memória no qual os enfrentamentos do presente são jogados contra um passado memorialista, por poder ter sua vida objeto de narrativa histórica sob determinadas condições de enunciação e não por outras, portanto, de valoração afirmativa uma vez que não se fala por um outro visando a conscientizá-lo, o que, em seu limite, pode ser, também, luta por certos silenciamentos. “Na tradição dos Annales, da qual se aproxima Veyne, a narrativa é a condição do que escapa à ciência e, portanto, singulariza o conhecimento histórico” (Cardoso Jr., 2001, p. 51).

Ao realizarmos uma pesquisa-intervenção, podemos transformá-la em um arquivo, com a escrita do diário de campo; a transcrição de falas gravadas, análises de imagens e fotos filmadas e fotografadas. Estes documentos poderão nos auxiliar a resistir pelos regimes de visibilidade e dizibilidade, na disjunção dos mesmos. A história nova oral possibilita que atuemos com a produção de arquivos de grupos que são silenciados nos arquivos e visa construir com eles armas de luta pelo dispositivo: pesquisa histórica baseada na oralidade de grupos sociais específicos, por exemplo, os que têm seus direitos violados.

Para Veyne (1998), em conversação com Foucault, a história é feita de acontecimentos e estes não têm totalidade, nem origem ou teleologia; conceitos como progresso, evolução, consciência e causas li-

neares são colocados em xeque, em prol da defesa de uma história que conta intrigas, marcadas por práticas datadas, singulares e que ocorreram em um lugar, sem intencionalidades e muito menos sem primeiros motores ou qualquer tipo de lógica oculta e mecanicista. A história é feita de perguntas e problemas, de recorte de temas que não são naturais e, portanto, derivam de condições de possibilidades históricas múltiplas na imanência de práticas vizinhas, sem relação de causalidade entre elas.

A narrativa histórica é escrita por meio de intrigas, redes compostas de linhas em variações e em séries entrecruzadas, distintas e, ao mesmo tempo, funcionando com algumas regularidades provisórias, que apenas são efeitos da constituição do mapa, em um tempo específico. Veyne (1983; 1998) afirma a relevância da não fazermos dos conceitos e metodologias tipos ideais universalizados. Para este historiador, é crucial trabalharmos com uma história que não deixe de atuar com conceitos, mas para deslocá-los dos lugares de essência e historicizá-los para efetuarmos resistências. Neste sentido que Cardoso Jr. (2001) indica a pista de que é interessante pensar a rede de intrigas de uma trama de forças heterogênea e múltipla da atualização/deslocamento dos acontecimentos histórico-conceituais na artesanal prática da pragmática das relações problematizantes.

Com Deleuze e Guattari (1991), é importante inventar conceitos e roubar ferramentas para usá-las com outras experimentações potências conectivas da afirmação da vida no seu diferenciar, singularizar movimentos e atitudes críticas frente ao presente, em uma ontologia histórica de nós mesmos. Deleuze e Parnet (2008) assinalam que roubam conceitos e fazem escritas políticas para abrir passagens ao fluxo das forças inventivas em prol de efetuarem o presente enquanto dispositivo de resistência. Assim, Veyne (1983; 1979) realiza o que nomeia como inventário das diferenças por meio da escrita histórica.

### **Arquivo na arqueologia e a genealogia é pacientemente documentário**

Em decorrência das questões colocadas, podemos assinalar a importância dos trabalhos de Michel Foucault para a análise histórica de documentos de temas e grupos alvos de desqualificação e para a descrição e estudo de documentos esquecidos e não valorizados. O objetivo era lutar e desnaturalizar normas que figuravam quase como naturais e morais, a serem obedecidas sem problematização. Era necessário captar o intolerável.

O GIP era um dos exemplos dessa maneira de intervir, pela pesquisa, em questões que Foucault avaliava como intoleráveis; esse dispositivo permitia analisar,

interferir, criar curtos-circuitos naquilo que parecia evidência e monumento imóvel, petrificado, reproduzido e naturalizado (Alvarez, 1999). No bojo dos trabalhos de Foucault, a pesquisa-intervenção é uma inflexão de forças em uma política da produção da verdade, do sistema de repartição de saberes e dos usos dessa ordem do discurso em relações de poder que classificam, encaminham, prendem, internam, disciplinam, governam condutas e submetem corpos.

Talvez, o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como o entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira é única que ele tem de expor o falar do outro, premido por relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las. O que vê aí, nessas palavras esparsas, são elementos da realidade que, por sua aparição que é preciso trabalhar, é nisso que se deve tentar decifrá-lo (Farge, 2009, p. 35).

Foucault (1979) destacava a relevância de se estudar a memória operária tal qual produzida pelos trabalhadores, em seus arquivos vivos, nos jornais e panfletos escritos por eles, fora das capturas dos sindicatos. Dizia da importância de análises de arquivos de masmorras, como foi a Bastilha; do estudo de acervos que não eram lidos por ninguém, depositados em algum porão e que traziam uma chave de leitura

que lhe era muito cara, as inquietações do presente, naquilo que estava em vias de poder ser diferente e do que incomodava, dado o intolerável que produzia.

Desse modo, a pesquisa-intervenção operaria pela história do presente no que este apresenta de intolerável e com materialidades desprezadas pelos pesquisadores. Uma pista é mapear os arquivos e documentos pouco estudados, pacientemente analisá-los e cotejá-los com a literatura, operando lutas com os mesmos e fazendo narrativas de escritos históricos que façam interferências no presente em que vivemos.

Nesse exercício complexo, em que aparecem rostos – mesmo que sejam apenas esboços –, insinuam-se igualmente a fábula e a fabulação, e talvez a capacidade de um ou de outro de transformar tudo em lenda, de criar uma história ou de fazer de sua vida uma ficção. O arquivo também informa sobre esta transformação, e os modelos que se adotam, uma vez identificados, acrescentam mais sentido. Narrativa e ficção se entrelaçam; a trama é densa e não se deixa ler tão facilmente (Farge, 2009, p. 36).

Em *Arqueologia do Saber* (2005), Foucault apresenta algumas pistas que o auxiliaram a fazer suas pesquisas, na história do presente. Aponta pressupostos relevantes a serem seguidos pelos interessados nos arquivos e em estudos históricos. Destaca que a arqueologia permitiu a amplia-

ção dos níveis de análise, os deslocamentos dos conceitos tradicionais da história totalizante, em prol de uma história descontínua.

As perguntas seriam importantes para romper com continuidades e, assim, fazer proliferar as distinções, recorrências, entrecruzamentos de séries, assinalar as dispersões, marcar as atualizações, problematizar as condições de possibilidade de aparecimento de um objeto. O documento deixa de inerte e passa a ganhar movimento e entrar em um diagrama de forças móveis, as quais se cruzam em uma malha de multiplicidades e heterogeneidades.

O documento passa a ser pensado como um monumento efeito de fazeres, dessa maneira. E, a partir dessa perspectiva, a história arqueológica deverá descrever o monumento como acontecimentos raros, como séries de séries, o jogo das correlações entre as séries e suas defasagens. Essa atividade implica colocar o sujeito em xeque; como Foucault (2009) mesmo afirma, trata-se de escrever para não ter mais rosto, não ser mais o mesmo, diferenciar-se juntamente com os acontecimentos estudados.

Foucault (2005) propõe que nos desliguemos da origem, da teleologia, da noção de influência e de obra, que saíamos das intencionalidades, que abandonemos a evolução e o progresso como analisadores

históricos; portanto, é conveniente deixar unidades do autor e da obra para fazer proliferar as diferenças e emergências dos objetos e dos processos de subjetivação. Com efeito, está em jogo uma saída do recomeço e da ocultação, deslocando-se para a irrupção de cada acontecimento em sua raridade. Nesse sentido, o arquivo não é uma unidade, mas um conjunto dispersivo de acontecimentos montados e relacionados ao acaso das forças múltiplas.

Os acontecimentos devem ser lidos como enunciados e não como língua e sentido. Os espaços em que aparecem os acontecimentos devem ser analisados e descritos em termos de sua coexistência. Em decorrência desse procedimento, Foucault (2005) propõe que o arqueólogo percorra com atenção a ordem do discurso que foi criada, em uma temporalidade dispersa, em seu sistema de repartição, descrevendo os conceitos sem buscar coerência entre eles. Recomenda evitar a palavra “ciência” e que sejam analisadas as regras do discurso, no que tange às escolhas temáticas, às modalidades enunciativas, aos objetos fabricados, aos conceitos forjados em suas relações de coexistência.

Os enunciados têm correlatos, referentes; ou seja, eles se referem a um tema, em um espaço de correlação. Estes, por sua vez, estão ligados às condições de emergência dos objetos, em termos das possibilidades de aparecimento e de limitação. Os

enunciados têm suportes, lugares e datas, podem ser repetidos; todavia, a enunciação não se repete. Por conseguinte, há um princípio de variação do enunciado, da ordem das lutas, circulações, apropriações e interesses.

Os discursos são um conjunto de enunciados organizados em um sistema de formação discursiva. A análise não deverá ser interpretativa, nem partir de deduções lineares, mas das posições subjetivas, da formação dos objetos, dos lugares institucionais e da formação dos conceitos.

Direitos humanos é um objeto e também tem condições e possibilidades de aparecimento, os quais deverão ser descritos historicamente e problematizados; há conceitos correlatos a tais condições, que operam por meio de formações discursivas específicas e estão sustentados em lugares institucionais e em posições subjetivas. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Organização das Nações Unidas e o Ministério da Educação seriam exemplos de lugares institucionais. Por exemplo, quando analisamos arquivos precisamos interrogar os suportes em que os mesmos operam relações materiais de forças cristalizadas e que atravessam certos lugares, como arquiteturas e burocracias do Estado governamentalizado. Na filosofia política, na antropologia jurídica, na sociologia da punição e da violência, na psicologia social, institucional e

comunitária, na educação e no serviço social, na história política e cultural, entre tantos outros saberes, teríamos como definir conceitos e ordens dos discursos, no campo dos estudos em direitos humanos.

Em termos de posições subjetivas, podemos ressaltar a de ativista de direitos; a de gestor de políticas públicas; a de ministro de direitos humanos; a de professor; a de pesquisador em direitos; a de profissional que atende as pessoas que tiveram direitos violados; a de vítimas e autores de violência – e uma série de outras. A pesquisa-intervenção nos permite deslocar as posições subjetivas pelas histórias de vida dos grupos e dos equipamentos por meio dos quais eles materializam seus modos de se relacionar, pensar, agir e viver. Quando o lugar do especialista é questionado na pesquisa-intervenção se torna possível criarmos campos de existência heterogêneos e singularizantes.

Para Foucault (2004), o princípio do comentário, da disciplina, da doutrina, das sociedades do discurso, da rarefação e circulação que constituem ordens do discurso é analisado no debate sobre direitos humanos e, ao mesmo tempo, o produz, atualizando o campo em sua heterogeneidade e descontinuidade. Há data e lugar para falar de direitos humanos, há uma dispersão a respeito dos enunciados e uma descontinuidade entre eles. Por exemplo, direitos civis, políticos, sociais, culturais e

ambientais são diversos e raros em cada sociedade e tempo, para cada povo e comunidade.

Desse modo, podemos pensar em um dispositivo de saber, de poder e de subjetivação na história política da verdade dos direitos humanos, em estudos documentais. O dispositivo engloba leis, arquiteturas, decoração, formulários, móveis, fichas, prontuários, saberes, subjetividades, normas, e é composto pela diferença de linhas entrecruzadas.

Em *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault (1979) assinala que a genealogia atua com documentos, e que o faz de modo paciente. Já em *Genealogia e Poder* (1979), Foucault destaca que o genealogista é um amante das bibliotecas e dos documentos, que presta atenção nos pés de página, que estuda os textos e livros que ninguém lê. O caráter local da crítica proposto por Foucault permite atuar sem um empirismo obtuso. Tal postura traz para o campo de estudos e direitos humanos a tarefa da pesquisa como crítica localizada e armada com descrições e análises histórico-documentais refinadas e densas, feitas com rigor e coragem da verdade. Neste âmbito, a pesquisa-intervenção também como arquivo permite efetuar a crítica local no plano da ativação dos saberes e da insurreição dos saberes sujeitados.

A genealogia se preocupa ainda com os saberes que são desqualificados,

basta pensarmos nas reivindicações indígenas e do Movimento Sem Terra, no Brasil, e como as mesmas são recebidas por instâncias da sociedade, as quais as desautorizam. Contudo, esses povos e movimento insistem e lutam, forjam saberes e os fazem ferramenta, como as escolas do Movimento Sem Terra, a reivindicação de cotas na universidade pelos povos indígenas e pesquisadores que vieram desses grupos sociais e fizeram pós-graduação. No entanto, mesmo sem estudo formal, criaram saberes e acionam poderes, em rede, fazendo interferências na política de direitos humanos. Nas palavras de Foucault (1979), a genealogia abre espaço para que os saberes sejam capazes de lutar e de desdisciplinarizar os saberes sujeitados: “os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas.” (Foucault, 1988, p. 112-3).

### **A genealogia, pesquisa-intervenção e táticas de resistência**

A genealogia é uma tática na batalha por direitos e a pesquisa-intervenção é tática genealógica; ela mobiliza arquivos, analisa-os e os descreve, pacientemente, para operar escritas históricas de práticas

concretas. Assim, problemas das relações de poder e saber como um exercício em um diagrama de forças constituem uma possibilidade de fazer valer direitos e de tecer alianças para inventar novos direitos. No plano das leis, há uma concepção jurídica de direitos; no economicista, há um olhar materialista dos direitos humanos e, na perspectiva relacional de poder, podemos destacar os arranjos de forças em sua mobilidade e composição heterogênea, a fim de compor normas na relação com as leis e com a economia política. “A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais.” (Foucault, 1988, p. 102).

O poder soberano traz a lei como política da verdade e concretiza as cartas de direitos, códigos e legislações, significando pensar regimes como a democracia representativa e participativa. O direito internacional e as Constituições dos Estados seriam resultados de poderes soberanos que fazem parte do dispositivo a analisar, com suas declarações e textos legais, com seus relatórios e diretrizes, por meio de portarias e resoluções. Porém, Foucault (1988; 1999a; 1999b; 2008a; 2008b) alerta ao pesquisador que o poder soberano age em composição com outros poderes, em relações de governamentalidade, nos en-

tremeios das políticas de defesa da sociedade e de governo da vida, pelo biopoder e com os dispositivos de segurança.

Tanto em *As governamentalidades* quanto em *Soberania e Disciplina*, Foucault (1979) assinala a articulação entre as práticas de saber e de poder com os processos de subjetivação, nas artes de governar as condutas. Leis e normas se organizam e coexistem em proximidades e redes de apoio. Com o poder disciplinar, é possível descrever e fazer uma análise das meticulosidades das forças na construção e obediência às normas sociais, na relação com as leis, soberania.

No biopoder, fora a soberania e a disciplina, acrescenta-se a biopolítica, em que fazer viver e deixar morrer representam um cálculo político de valoração da vida, que entrou na história como corpo-espécie (Foucault, 1988; 1999b; 2008a; 2008b ver referência). No plano dos direitos, instala-se um paradoxo de quem vai viver e quem é deixado ser morto; de quem pode ser refúgio para a segurança dos que são classificados importantes, vidas valorizadas em detrimento das vidas dos que são considerados párias da sociedade. Essa maneira de separar e cuidar ou não foi problematizada como racismo de Estado e de sociedade.

Em pesquisas sobre a prisão, é possível descrever, através de estudos documentais, como ocorre a seletividade penal,

por exemplo, que configura um paradoxo para a efetivação dos direitos constitucionais. Ao problematizar documentos de escolas e hospitais, o autor ressalta que existia, nesses equipamentos, práticas próximas às jurídicas, apesar de disciplinares, visando a forjar corpos úteis e dóceis: no poder disciplinar, havia punições e tribunais das normas. Ao mesmo tempo em que a escola forma e ensina, pune e normaliza, disciplina e educa em direitos, torna estudantes produtivos e politicamente submissos. O direito à educação escolar também está previsto em leis e é posicionado como política de segurança e profissionalização, condição de cidadania e de ordem social, em um liberalismo utilitarista.

No hospital, o direito à saúde pode ser garantido e a maneira como o é ou não pode ser estudada historicamente pelos documentos do Ministério da Saúde, das Secretarias estaduais e municipais de saúde, dos Conselhos de Saúde, da Organização Mundial de Saúde, nos contratos e leis que regulam os planos de saúde, por meio do currículo de profissionais os quais atuam na área da saúde etc. A análise da medicalização da sociedade realizada por Foucault e da biopolítica, bem como da disciplina e da governamentalidade, ajudam a analisar se os investimentos foram feitos em hospitais e/ou na atenção básica e se foram celebrados convênios públicos e privados e de que forma foram constituí-

dos. Enfim, muitas perguntas podem ser formuladas aos documentos e resultarão em pesquisas-intervenção, na medida em que entram em composição com o dispositivo para o curto-circuitar e o problematizar, destruindo evidências e operando a crítica arqueogenealógica.

Assim, em todos esses estudos, Foucault trouxe documentos abundantemente para realizar seus trabalhos e assinalar os paradoxos de uma sociedade de direitos disciplinar, marcada pelo biopoder e pelo dispositivo de segurança. Assegurar os direitos e calcular os custos na economia política dessa prática colocam sob o foco da pesquisa histórica as ferramentas conceituais da governamentalidade e da segurança. As artes de governar para assegurar contra riscos e perigos, em uma determinada sociedade, operam no mesmo dispositivo que o cuidado e a proteção da garantia e defesa de direitos.

Dessa maneira, podemos apontar como a pesquisa-intervenção opera pela história nova, nas análises arqueológicas de genealógicas de Foucault com documentos, em estudos sobre direitos humanos. Historicizar é interrogar e interferir, produzindo brechas no presente, as quais permitem a ruptura com práticas cristalizadas; ainda facilitam explicitar os saberes, os poderes e as subjetividades, em uma sociedade datada, em um determinado espaço a serem analisados. Portanto, Fou-

cault (2010) captava o intolerável de cada tempo e muitas violações de direitos figuram como intoleráveis do presente, a serem historicizados como práticas de resistência.

### **A cartografia: do arquivo ao diagrama**

Deleuze (2005), após a morte de Michel Foucault, escreve homenageando o amigo. Um dos textos é o livro *Foucault*, em que enfatiza que os estudos históricos seriam uma diagonal entre planos e na maneira de fazer operar visibilidades e dizibilidades. O arquivo se torna um mapa e cada sociedade tem os seus diagramas fluidos e móveis, em redes de alianças, dispositivos constituídos por singularizações e diferenças, atualizadas em visíveis e dizíveis. Portanto, “há uma história dos agenciamentos, assim como há um devir e mutações de diagrama” (Deleuze, 2005, p. 51).

Há de se percorrer um método serial, analisando as curvas, os cortes, as multiplicidades de níveis e as correlações entre práticas discursivas e não discursivas. “O pensar opera no interstício (...) há apenas meios e entremeios (...) mutação (...) o devir, a mudança, a mutação, concernem às forças componentes e não às formas compostas” (Deleuze & Guattari, 2000, p. 93-94). Dessa forma, surgiu um novo cartógrafo, Foucault, conforme Deleuze (2005). A analítica do poder possibilita a leitura atenta das forças, em sua minúcia e rela-

ções, mobilidade e dinâmica entrecruzada, que forja efeitos. Há um investimento político sobre o corpo, o qual passa a ser matéria de estudo, na cartografia. Há precauções de método citadas por Foucault que Deleuze (2005) reitera e denomina postulados do poder a ser alvo de atenção, na produção da pesquisa.

Com certeza a história faz parte de seu método. Mas Foucault nunca virou historiador. Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação inteiramente diferente que a dos filósofos da história. A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo em que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos (Deleuze, 1992, p. 119).

As possibilidades de vida como obra de arte e estilística da existência em campos de problematização se tornam aberturas a partir da imanência entre poder, saber e subjetivação (Deleuze, 1992). “Entre o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro (...)” (Deleuze, 2005, p. 81).

Os processos de subjetivação são modos de ser, de sentir, de viver, de pensar e agir que são históricos, culturais, sociais e econômicos, práticas de si, atravessadas

por práticas de governo da cidade, em que estilizar-se pela pesquisa-intervenção em direitos humanos implica fazer de si obra de arte e cuidar do outro, em uma perspectiva ética e política. Fazer saber, operar poder como afecção e subjetivar são linhas do diagrama e não podem ser separadas do arquivo.

Diante da relação entre arqueologia, genealogia e cartografia, inventar problemas é fundamental para fazer a pesquisa-intervenção. Hoje, é cada vez mais raro realizar perguntas, problematizar; a maior parte das pesquisas chamadas de ação, por exemplo, geralmente, respondem a encomendas de aplicar saberes, de apresentar soluções conhecidas como inovação em tecnologia. Deleuze e Foucault se preocupavam em criar perguntas e deslocar as respostas já prontas e dadas que nos fazem repetir teorias e técnicas.

Os documentos podem ser tomados como diagramas do presente, de uma sociedade de direitos. Eles são regimes de visibilidade e de dizibilidade e podem ser lidos por essas chaves apresentadas neste artigo, sem que as mesmas sejam coladas e estanques. Trata-se de operar com pistas analíticas para contribuir com aqueles que são apaixonados pela história, pela arqueologia, pela genealogia, e almejam se subjetivar como cartógrafos do que se passa conosco, no campo dos direitos humanos, começando por desnaturalizar os mesmos.

No que tange aos direitos, muitas linhas entram em jogo, nesse diagrama, sendo atualizadas e precisando ser mapeadas em sua mobilidade, nas práticas de visibilidade e de dizibilidade do dispositivo. Assim, é preciso tecer as tramas, mapear as intrigas e traçar as forças que compõem os direitos como objeto de preocupação.

Na pesquisa-intervenção com direitos, é comum recebermos encomendas para solucionar a violência e a violação de direitos, por meio do que se denomina combate a algo e desenvolvimento de técnicas de elaboração de protocolos de denúncia. Ainda é bem comum solicitarem para formar em direitos e como prevenir identificar e defender alguém ou algum grupo específico. Poucos editais e pedidos trazem a abertura para um pensar inquietante e com perguntas desnaturalizadoras de utilitarismos liberais. Busca-se, na articulação entre história e pesquisa-intervenção, inventar saberes e mover poderes, romper com modos instituídos de subjetividade sem aderir a tais encomendas.

Eu me resguardo de fazer a lei. Tento, antes, colocar problemas, trabalha-los, mostra-los em sua complexidade tal que chegue a calar os profetas e os legisladores, todos aqueles que falam pelos outros a antes dos outros. É, então, que a complexidade do problema poderá aparecer em seu liame com a vida das pessoas; e que, por

consequência, poderá aparecer a legitimidade de uma elaboração comum, através de questões concretas, de casos difíceis, de movimentos de revolta, de reflexões, de testemunhos (Foucault, 2010, p. 338).

Por isso, é importante traçar o mapa histórico das forças múltiplas, o qual assegura e produz direitos através de um sistema de garantia, defesa, proteção e promoção de cuidado, que não é uma prática simples de ser feita. Estudar esse diagrama em pesquisas-intervenções significa pensar diferencialmente e por descrição e análises acontecimentais, sem sucumbir à sedução econômica e política de ser capturado nas encomendas: de ajustamento de condutas, de docilização dos corpos, de enquadramento de seguros sociais, de controle social em nome da prevenção de risco/perigo e de se configurar como um pesquisador ativista de direitos denunciata/punitivo.

### **Considerações Finais**

Em um desfecho temporário, encerra-se este arquivo, tecido como diagrama, tal qual um monumento erigido para materializar práticas historiográficas, nas bordas da psicologia social com os artefatos culturais da história nova e dos aportes foucaultianos. Escrita ferramenta que se fez, em certa medida, narrativa da pesquisa-intervenção nos entremeios da arqueologia,

da genealogia e da cartografia com a história nova.

Os direitos foram constituídos como objeto problemático, em sociedades que acumulam documentos e são marcadas por enfrentamentos pela memória das violações de direitos, em algumas situações para lutar e operar interferências; em outras vezes, para insistir em ressentimentos vingativos que sustentam uma justiça retributiva, na sociedade punitiva e na indústria da pena, dos armamentos e da segurança. Nessa direção, sair do lugar da lógica binária de combates a inimigos pelos supostos cidadãos do bem é uma potente abertura para que práticas em pesquisa-intervenção criem possíveis no campo dos direitos que sejam garantistas, sem cair nas amarras utilitaristas e das figuras amargas que visam a remoer a dor da violência e da violação.

Fugir da armadilha reformista das encomendas por soluções, analisar as intrigas e condições de possibilidade é fundamental. Do que se trata aqui é da pesquisa-intervenção como dispositivo de resistência e criação que, nos entremeios da história, afirma a potência da vida diferir, ainda que a analítica seja inquietante, inclusive, para aqueles e aquelas que a efetuam, sobretudo, no campo dos Direitos Humanos.

## Referências

- Alvarez, M. C. (1999). Michel Foucault e a ordem do discurso. Em A. M. Catania & P. Martinez. (Orgs.) *Sete ensaios sobre o Collège de France*. São Paulo: Cortez.
- Burke, P. (2008). *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1997). *A escola do Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP.
- Cardoso Jr., H. R. (2001). *Tramas de Clio: convivência entre filosofia e história*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- Castro, C. (2008). *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Chartier, R. (2010). *A história e a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Deleuze, G. (1992a). Controle e devir. Em G. Deleuze. *Conversações*. (pp. 209-218). Rio de Janeiro: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. (1992b). *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. Em G. Deleuze. *Conversações*. (pp. 219-226). Rio de Janeiro: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Mil platôs I: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (2008). *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Farge, A. (2009). *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Os lugares da história*. Rio de Janeiro: Autêntica.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1999a). *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões*. (19a. ed.) Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1999b). *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). (3a. ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2004). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_. (2005). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2008a). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2008b). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Eu capto o intolerável*. Em M. de B. Mota (Org.) *Michel Foucault: repensar a política*. (pp. 31-33). São Paulo: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Conversa com Michel Foucault*. Em M. de B. Mota (Org.) *Michel Foucault: repensar a política*. (pp. 289-347). São Paulo: Forense Universitária.
- Le Goff, J.(2012). *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP.
- Nietzsche, F. (2003). *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- O'Brien, P. (1995). *A história da cultura de Michel Foucault*. Em L.Hunt (Org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pelegri, S. C. A.& Funari, P. P. (2008). *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense.
- Veyne, P. (1979). "A história conceitual". In: Le Goff, J. & Nora, P. (orgs.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 2ª. ed., pp. 64-88.

\_\_\_\_\_. (1983). *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (1998). Foucault revoluciona a história. Em P. Veyne. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB.

---

**Flávia Cristina Silveira Lemos:** Psicóloga, Mestre em Psicologia e Doutora em História (UNESP). Profa. adjunta IV em Psicologia UFPA.

**E-mail:** [flaviacristinasilveiralemos@yahoo.com.br](mailto:flaviacristinasilveiralemos@yahoo.com.br)

**Dolores Cristina Gomes Galindo:** Psicóloga/UFPE. Mestre e Doutora em Psicologia Social/PUC-SP. Profa. de Psicologia Social/UFMT.

**E-mail:** [dolorescristinagomesgalindo@gmail.com](mailto:dolorescristinagomesgalindo@gmail.com)

**Pedro Paulo Freire Piani:** Psicólogo/UFPA. Mestre e Doutor em Psicologia Social/PUC-SP. Professor Adjunto IV em Psicologia Social/UFPA.

**E-mail:** [pedropiani@yahoo.com.br](mailto:pedropiani@yahoo.com.br)

---

**Enviado em:** 10/04/2014 – **Aceito em:** 18/11/2014

---